

Ambientalistas e autoridades cobram fiscalização em obra que está aterrando margem da Lagoa de Jacarepaguá

A vegetação nativa protegida pela Lei da Mata Atlântica, a biodiversidade do entorno e espécies ameaçadas de extinção estariam correndo risco por conta do empreendimento imobiliário que está sendo erguido pela Construtora Gafisa. Página 3



Aniversário da Taquara



A data escolhida foi o dia do nascimento de Francisco Pinto da Fonseca Telles, o barão da Taquara, 25 de outubro. Página 18

Grupo Teatral Aslucianas em Bogotá *Página 20*

Os desafios da Educação para as drogas nas escolas *Página 10*

EDITORIAL

O absurdo do “pacote anti-STF”

É um absurdo o “pacote anti-STF” aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional. Se tudo for aprovado, o Congresso se tornará uma casta de intocáveis, um “Supremo Tribunal Legislativo”. E última instância revisora de decisões do Supremo. Golpe dos bolsonaristas e do Centrão.

A aprovação do “pacote anti-STF” é alarmante e pode ter consequências profundas para a democracia. Se o Congresso passar a ter poder para reverter decisões do Supremo, isso poderá comprometer a separação de poderes e a autonomia do Judiciário. Essa centralização de poder em um único órgão político, especialmente sob a influência de grupos como os bolsonaristas e o Centrão, é preocupante. É crucial que a sociedade se mobilize para debater e resistir a essas tentativas de minar instituições democráticas.

Vale a pena ressaltar as consequências do "pacote anti-STF" para a democracia que podem ser bastante graves:

1. Erosão da Separação de Poderes. Ao permitir que o Congresso revise as decisões do Supremo, a independência do Judiciário fica ameaçada, minando um dos pilares da democracia.

2. Aumento da polarização. Este aumento no Brasil é realmente preocupante. Essa polarização dificulta o diálogo construtivo e pode levar a um clima de hostilidade entre diferentes grupos. Algumas consequências dessa polarização incluem: dificuldade de consenso - a polarização torna mais difícil encontrar soluções para problemas sociais e políticos, já que as partes tendem a se fechar em suas posições; e cresce a violência.

O que uma sociedade civil organizada pode fazer para se mudar esse escarno que é o “pacote anti-STF”?

1. Mobilização e Protestos - Organizar manifestações de expressão para chamar a atenção para o tema e demonstrar o descontentamento popular.

2. Campanhas de Conscientização

3. Ações Judiciais

4. Articulação de Redes

5. Peticionamento e Mobilização Digital

6. Participação em Audiências Públicas

7. Produção de Conteúdo e Denúncias permanentes nos jornais alternativos e nas mídias sociais.

Essas ações ajudam a criar um ambiente de resistência e mobilização, essencial para a defesa das instituições democráticas. Nós do **Jornal Abaixo-Assinado** já entramos nessa árdua luta.

EXPEDIENTE



Conselho Editorial: Aguinaldo Martins, Almir Paulo, Anna Karolina, Carla Scott, Cláudio Mattos, Cíntia Trassos, Douglas Aguiar, Ione Santana, Ivan Lima, Jane Nascimento, João Magalhães, Luiz Claudio, Manoel Meirelles,

Marcus Aguiar, Pablo das Oliveiras, Renato Cosentino, Renato Dória, Roberto Senna (Cabral), Severino Honorato, Sílvia da Costa, Val Costa, Valmíria Guida, Vaneide Carmo, Vanessa Guida e Wladimir Loureiro.

JAAJ é uma publicação da Rede Popular de Comunicação (RPC) e da IPL Clipping - CNPJ 31.555.759/0001-64.

Críticas, sugestões e reclamações:
jornalabaixoassinado@yahoo.com.br
www.jaajrj.com.br - Tel (21) 97143-4821

Distribuição gratuita pelos bairros e comunidades da Baixada de Jacarepaguá

**As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.

**Todo material enviado ao E-mail, Site e Facebook do jornal é autorizado automaticamente para a divulgação e também não é gratificado.

Coordenação Geral: Almir Paulo, Val Costa e Sílvia Costa

Arte e Diagramação: Jane Fonseca.

Gestora de Redes Sociais: Sílvia da Costa



Felipe Lucena - Jornalista e roteirista

Ambientalistas e autoridades cobram fiscalização em obra que está aterrando margem da Lagoa de Jacarepaguá

A vegetação nativa protegida pela Lei da Mata Atlântica, a biodiversidade do entorno e espécies ameaçadas de extinção estariam correndo risco por conta do empreendimento imobiliário que está sendo erguido

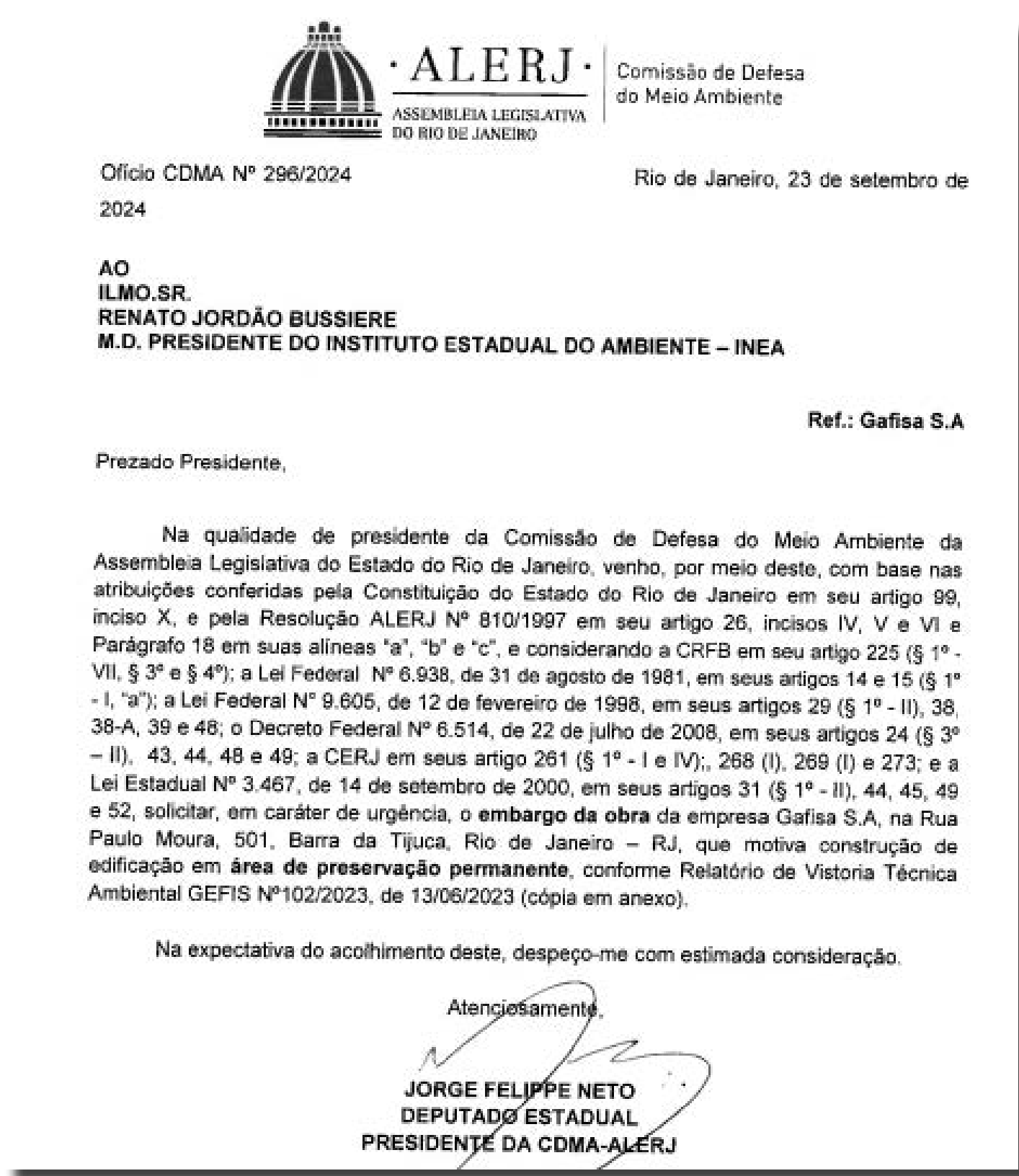


Peixe-das-nuvens, jacaré-de-papo-amarelo e borboleta-da-praia são algumas das espécies que vivem na região da **Lagoa de Jacarepaguá**, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ambientalistas, esses animais, além da flora local estão ameaçados por conta de uma obra que está aterrando parte da margem da Lagoa para que um empreendimento imobiliário seja erguido. A situação mobilizou autoridades estaduais, que estão cobrando mais fiscalização e até o embargo da construção.

"Dados divulgados pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma) mostram que os mangues absorvem até cinco vezes mais CO2 do que outros ecossistemas e florestas. Ou seja, o desaparecimento desse ecossistema é um fator que causa impacto ao meio ambiente de forma geral. Mudanças na extensão de manguezais podem impactar



mais de mil espécies associadas a esse ecossistema. Dentre elas estão aves, peixes, plantas, mamíferos, répteis e anfíbios. Nas margens da Lagoa de Jacarepaguá estão muitos desses animais, plantas e árvores. Estamos recebendo muitas informações preocupantes em relação ao que está sendo nesta Lagoa. É preciso mais rigidez no cumprimento das leis e cuidado com o meio ambiente ", disse **Sérgio Ricardo** , co-fundador do **Movimento Baía Viva** .



do deputado destaca que **Instituto Estadual do do Ambiente (Inea)** frisa que " *foi elaborada planta de demarcação da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Jacarepaguá, estabelecendo seu limite mínimo de 30 metros, em conformidade com a legislação ambiental vigente por ocasião do licenciamento (Resolução CONAMA nº 303/2002) e promovendo a alteração dos marcos físicos que delimitam a referida faixa ."*

Contudo, no mesmo ofício, é destacado que " *embora o INEA tenha aca-
tado a decisão, ocorre que de acordo com a denúncia, o relatório de vistoria realizado pelo INEA (SEI-070002/011167/2023) cita: 'está ocorrendo ativi-
dade de rebaixamento do lençol d'água podendo significar tanto retirada de
água do lençol freático quanto do mangue da Lagoa de Jacarepaguá Vale in-
formar que a área é considerada Área de Preservação Permanente de Man-
gue da Lagoa de Jacarepaguá "'*.

Também é pontuado no texto que o relatório de vistoria da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC)** conclui que " *a obra avança claramen-
te sobre a faixa mar-
ginal de proteção da
Lagoa de Jacarepa-
guá, uma vez que
o aterro está sendo
executado sobre a lâ-
mina d'água "*.

Membro do **Con-
selho Municipal de**

Em setembro deste ano, o presidente da **Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)** , deputado **Jorge Felipe (Avante)** , emitiu um ofí-
cio determinando com urgência o embargo da obra.

Também deputado estadual, **Carlos Minc (PSB)** , que é pre-
sidente da comissão do cumpri-
mento das leis da Alerj, solicitou a demarcação da faixa marginal da Lagoa em campo, além de un
plano de alinhamento da orla e uma vistoria minuciosa das ca-
racterísticas do terreno.

No documento, o mandato

Assim sendo, face ao exposto, solicito que seja feita uma vistoria específica com a precisa
avaliação das características do terreno, identificando e se este não deveria estar protegido,
ao invés de estar sendo aterrado, adotando se necessário, as devidas providências, entre
elas a revisão em campo do PAO e da FMP para o local.

Certo de contar com a colaboração e atuação de Vossa Excelência ao solicitado fico no
aguardo de um breve retorno, antecipando meus agradecimentos e aproveitando a
oportunidade para reafirmar votos de respeito e consideração.

Cordialmente,

Carlos Minc

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Representação para
Acompanhar o Cumprimento das Leis da ALERJ

Meio Ambiente e Clima da Cidade do Rio de Janeiro (RJ) , **Tarcísio Feitosa da Silva** enviou uma solicitação pedindo "de forma urgente o envio de uma equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade (SMAC) acompanhada por membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do **Ministério Público** até o local da obra para averiguar as informações relatadas e recolher informações, fotos, filmagens e documentos sobre o caso ".

"É necessário ser bastante rigoroso na fiscalização ambiental, diante das mudanças climáticas e as consequências sobre o meio ambiente e a vida humana, apurar o dano ambiental, ou rever processos de licenciamento é extremamente necessário hoje. Com experiência de arquitetura sustentável é assustador uma empresa desse quilate operar uma destruição de um patrimônio natural ", disse Tarcísio.

Rodrigo Bertoli , advogado da ação popular que questiona o aterramento de parte da margem da Lagoa de Jacarepaguá, também se posicionou cobrando mais ações do Poder Público Municipal para maior fiscalização da obra: "Gostaria de fazer um apelo às autoridades públicas da Cidade do Rio de Janeiro para que procedam imediatamente o embargo administrativo da obra de responsabilidade da GAFISA S.A., em razão de diversos relatórios de vistorias que constataram que o terreno se encontra inserido numa Área de Preservação Permanente de Mangue da Lagoa de Jacarepaguá, protegidas pela Lei de Proteção à Vegetação Nativa (Lei Federal 12.651/2012) e do bioma Mata Atlântica (Lei Federal 11.428 de 2006). Gostaria de citar que o local é uma área alagada (úmida) sob influência das marés, com presença de solo moles, associados à manguezais e portanto estão protegidas pelo Decreto 1905/96 (Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas)Sendo assim, o fato da construtora GAFISA possuir licenças ambientais não servem de salvo-conduto para o cometimento dos crimes e danos ambientais que estão em curso. Já vimos o que veio a ocorrer no Sul do País com a flexibilização da legislação ambiental, sobretudo, as que protegem as Áreas de Preservação Permanente. Será que a construtora não tem o mínimo de responsabilidade para com o ambiente e os seus consumidores que compraram um sonho que no futuro será um pesadelo trágico?" .

Procurada pela reportagem, a Gafisa, responsável pela obra, informou que "seu empreendimento na Barra da Tijuca, bem como todos os demais em seus 70 anos de atuação no Brasil, atende a todos requisitos legais e tem todas as licenças necessárias, inclusive as ambientais. Por essa razão em 2022, a marca foi incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, primeiro da América Latina e quarto do mundo, a título de reconhecimento por seu irrestrito comprometimento com os princípios gerais de sustentabilidade empresarial e com as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês). A empresa compreende e partilha de todas as preocupações destacadas e esclarece que adotou todas as medidas necessárias para atendimento das premissas ambientais, as quais foram implementadas de forma satisfatória e avalizadas pelos órgãos ambientais, resultando no desembargo da obra no dia 04 de setembro pela Justiça, em decisão proferida após realização de perícia no terreno e contou com dois pareceres favoráveis emitidos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro".



Almir Paulo

*“A hora do encontro é também despedida.
A plataforma desta estação é a vida”.
(Milton Nascimento e Fernando Brant)*

Integração tarifária para moradores de Jacarepaguá: uma luta necessária

A Associação de Moradores da Freguesia (AMAF) tem debatido e feito os seguintes questionamentos sobre a integração tarifária: por que o morador de Jacarepaguá não pode ir à estação Jardim Oceânico e usar o metrô sem pagar muito mais por isso? Por que não há integração tarifária entre ônibus e metrô em toda a cidade?



Nós, do *Jornal Abaixo-Assinado*, fomos pesquisar essa questão da falta de integração tarifária entre ônibus e metrô no Rio de Janeiro, especialmente para moradores de áreas como Jacarepaguá, e constatamos que a situação é complexa e envolve diversos fatores. Contudo, entendemos que é uma justa reivindicação e devemos nos juntar à AMAF nessa luta.

Chegamos às seguintes análises sobre o assunto **1. Distância e custos:** para os moradores de Jacarepaguá que desejam utilizar a estação Jardim Oceânico, o percurso até lá pode exigir várias etapas, incluindo ônibus e metrô. Cada segmento do trajeto pode ter tarifas separadas, resultando em um custo total mais alto. Isso desestimula o uso do transporte público e torna as opções de deslocamento menos acessíveis.

2. Políticas de transporte: a não existência de uma política unificada de integração tarifária é um reflexo da fragmentação do sistema de transporte na cidade. Diferentes concessionárias operam em áreas específicas, e a falta de um sistema integrado significa que usuários acabam pagando tarifas separadas por modais distintos, mesmo que a viagem seja contínua.

3. Impacto social: essa falta de integração afeta desproporcionalmente os moradores de áreas mais afastadas, que já enfrentam desafios econômicos e de mobilidade. Sem um sistema que facilite o acesso, muitos acabam optando por alternativas mais caras, como táxis ou aplicativos de transporte, aumentando a desigualdade no acesso à mobilidade.

4. Propostas de melhoria: há propostas em discussão para criar um sistema de integração tarifária que beneficie a todos os usuários de transporte público na cidade. Isso incluiria tarifas fixas para conexões entre ônibus e metrô, mas a implementação dessas propostas enfrenta desafios burocráticos e financeiros.

5. Mobilidade sustentável: a tal integração não apenas tornaria o transporte mais acessível, mas também incentivaria o uso maior do transporte público, reduzindo o congestionamento e as emissões de poluentes. A criação de um sistema mais coeso e eficiente poderia beneficiar toda a população carioca.

Em resumo, a ausência de integração tarifária entre ônibus e metrô em toda a cidade do Rio de Janeiro, especialmente para moradores de Jacarepaguá, é um reflexo de políticas de transporte fragmentadas que exigem uma revisão para garantir uma mobilidade mais justa e eficiente para todos.



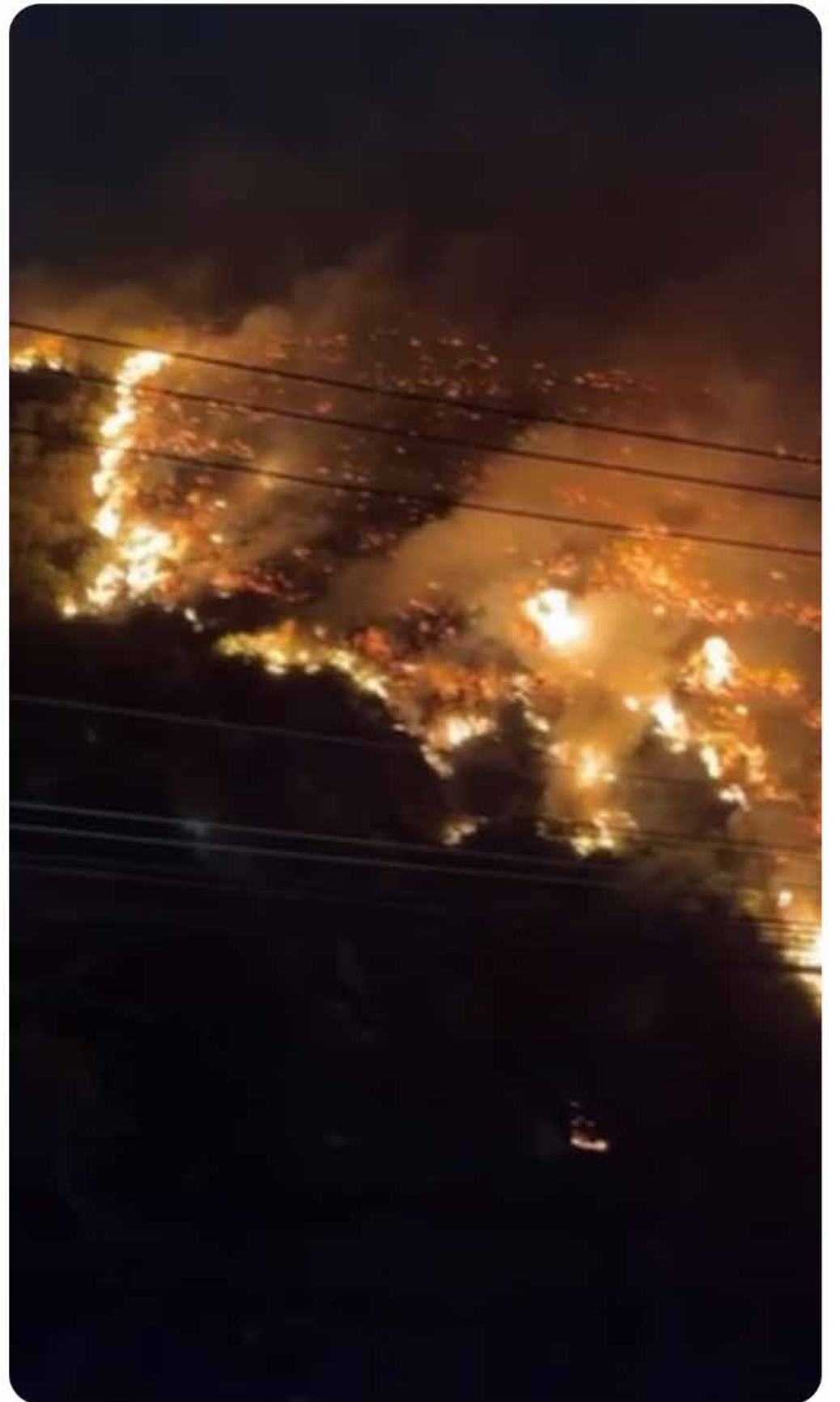
Douglas Aguiar - Estudante de jornalismo

Incêndio florestal fiquem alerta!

Fogo em mata, ou queimadas, provoca diversos impactos ambientais, como:

- destruição de grandes áreas florestais e de espécies de árvores;
- redução da fertilidade do solo;
- redução de nascentes e da quantidade e qualidade da água;
- agravamento do efeito estufa e aquecimento global;
- problemas respiratórios;
- desequilíbrio ambiental do planeta.

No último mês, o Brasil concentrou 71,9% de todas as queimadas registradas na América do Sul. De acordo com dados do Sistema BD-Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram 7.322 focos de incêndios apenas entre os dias 10 e 13 de setembro. Considerando o acumulado do ano, o país registrou 180.137 focos de incêndios em 2024.



E esses tristes fatos chegaram a Jacarepaguá, como um incêndio que atingiu uma área de mata na Muzema, no último dia 3 de outubro de 2024, em área próxima às casas da comunidade, o que fez com que os moradores vivessem momentos de terror e desespero.

O que podemos fazer para combater os focos de incêndio?

- não façam fogueiras;
- não jogue bitucas de cigarro ou fósforos em rodovias e áreas de mata;
- não queime mato ou lixo;
- faça o descarte adequado dos resíduos sólidos;
- não solte balões, porque essa prática constitui crime.

Se você avistar focos de incêndio, ligue o mais rápido possível para a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros ou a Polícia e informe a localização precisa da ocorrência, indicando referências e dicas de como encontrar o local.

Telefones: Bombeiros: 193 / Defesa Civil Estadual: 199 ou (11) 2193-8888 / PM: 190

Se estiver na estrada ou rodovia, não avance na direção do fogo. Se afaste e entre em contato imediatamente com as autoridades responsáveis. O combate ao incêndio deve ser feito apenas por pessoa capacitada e com equipamentos adequados.

Nas áreas rurais, se perceber que os focos de incêndio estão avançando no sentido da sua propriedade, não se arrisque, saia de casa e chame os órgãos competentes. Nas propriedades rurais, construa e mantenha aceiros limpos para evitar a propagação do fogo, principalmente próximo às estradas, às rodovias e às áreas florestais.



Sobrou arroz? Oba! Vamos aproveitar e fazer a nossa próxima refeição!

Ingredientes

3 xícaras de arroz cozido
2 dentes de alho
1 cebola pequena
1/2 xícara de bacon
1 linguiça calabresa
3 ovos
3 colheres (sopa) de salsinha
3 colheres (sopa) de cebolinha
2 colheres (sopa) de coentro
1 pacote de batata palha
Sal e pimenta do reino a gosto



Arroz Feliz

Modo de Fazer

Coloque o bacon para fritar. Quando estiver quase pronto, acrescente a cebola e deixe dourar. Adicione o alho e a linguiça e deixe até dourar. Diminua o fogo e adicione o arroz e os temperos verdes. Em uma frigideira, coloque o azeite e frite os ovos com um pouco de sal e pimenta do reino. Misture os ovos e a batata palha com o mexido de arroz e sirva quente.

JORNAL ABAIXO ASSINADO

Cresce os casos de dengue em Jacarepaguá

De janeiro até 15 de fevereiro de 2024, foram registrados 41.252 casos de dengue no estado do Rio de Janeiro.

Confira na edição 170 do jornal



Leia no site do JAAJ
www.jaajrj.com.br

JORNAL ABAIXO ASSINADO

Destruição da faixa marginal de proteção da lagoa de Jacarepaguá



Destruição de manguezal, árvores e vegetação na Lagoa de Jacarepaguá.

O trator destrói a faixa de preservação na Lagoa de Jacarepaguá.

A Prefeitura do Rio e o Inea insistem em ignorar a especulação imobiliária que não respeita o meio ambiente.

Confira na edição 168 do jornal

Leia no site do JAAJ
www.jaajrj.com.br

JORNAL ABAIXO ASSINADO

O que é racismo ambiental?



Racismo ambiental é termo utilizado para tratar da desigualdade socioambiental que atinge, sobretudo, as comunidades marginalizadas, onde estão presentes pessoas negras, indígenas e empobrecidas..

Confira na edição 170 do jornal

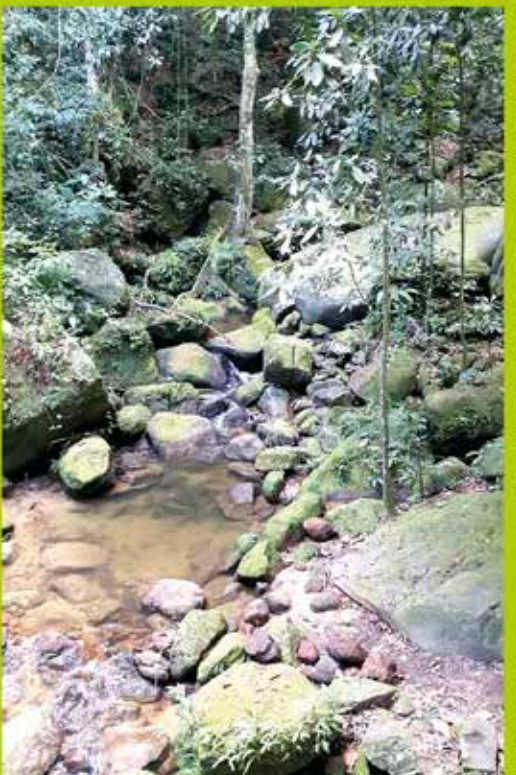
Leia no site do JAAJ
www.jaajrj.com.br

JORNAL ABAIXO ASSINADO

Grande parte da maior floresta urbana do Brasil fica na região de Jacarepaguá

Ao contrário do que muita gente pensa, a maior floresta urbana do país não é a da Tijuca.

Confira na edição 173 do jornal



Leia no site do JAAJ
www.jaajrj.com.br

JORNAL ABAIXO ASSINADO

Leia no site do JAAJ
www.jaajrj.com.br

Descaso do poder público e falta de fiscalização

Anos se passaram e a cada dia aumenta a quantidade de animais abandonados na cidade e em outros municípios.

O trabalho de protetores dos direitos dos animais é fundamental

Confira na edição 172 do jornal

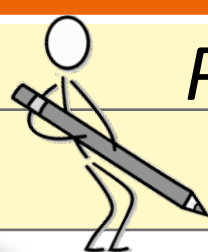


Há 19 anos, nós escrevemos sobre pessoas que defendem ativamente uma causa

JORNAL ABAIXO ASSINADO JPA

Seja assinante do jornal das lutas comunitárias e da cultura popular www.catarse.me/jaajrj





Professora **Juliana Bernardo**

Dicas para fazer redação

A estrutura do texto dissertativo-argumentativo modelo ENEM

Olá, queridos leitores, como vão? Nesta edição falarei sobre a estrutura do texto dissertativo-argumentativo modelo ENEM para que ajudá-los na conquista da tão sonhada vaga na universidade pública.



A tipologia textual em questão tem o objetivo de apresentar um ponto de vista aprofundado, por meio de argumentos que precisarão ser fundamentados cientificamente, além de apresentar propostas de intervenção a fim de solucionar os problemas sociais expostos. De modo a obedecer as cinco competências exigidas pela banca, mostrarei a vocês, de forma sucinta, o que deverá ser abordado em cada parágrafo.

Na introdução é preciso contextualizar (“lincar” o tema com algum repertório), expor a tese (o ponto de vista global) e relatar os dois argumentos que serão detalhados nos parágrafos de argumentação.

Já nos parágrafos de desenvolvimento, será necessário retomar com detalhes os argumentos expostos na introdução, por meio dos seguintes tópicos: tópico frasal (oração que norteará o parágrafo), a problematização, o repertório

(fundamentação científica que deverá ser realizada de acordo com conhecimentos de outras áreas) e a finalização.

As propostas de intervenção devem ser desenvolvidas da seguinte forma: em primeiro lugar, é imprescindível fazer a retomada da tese. Em segundo lugar, é o momento de propor as soluções. De que maneira? É indispensável que haja agentes (governamentais e sociais), as propostas concretas e possíveis de serem realizadas, o meio e a finalidade das soluções.

Dicas de ouro: não se esqueçam de escrever com verdade mediante a exposição de repertórios estatísticos, dados históricos, pesquisas, comparações ou relações de causa e consequência. Além disso, o uso dos conectivos é obrigatório, portanto não deixe de redigi-los para manter a coesão textual e não perder pontuação na competência número 4.

Espero que vocês tenham gostado e sigam-me nas minhas redes sociais: Instagram: @professora_julianabernardo e Facebook: Profa. Juliana Bernardo Português. Até a próxima edição!

Peça gratuitamente um exemplar do JAAJ ao seu jornaleiro

• **Naldo da Banca**

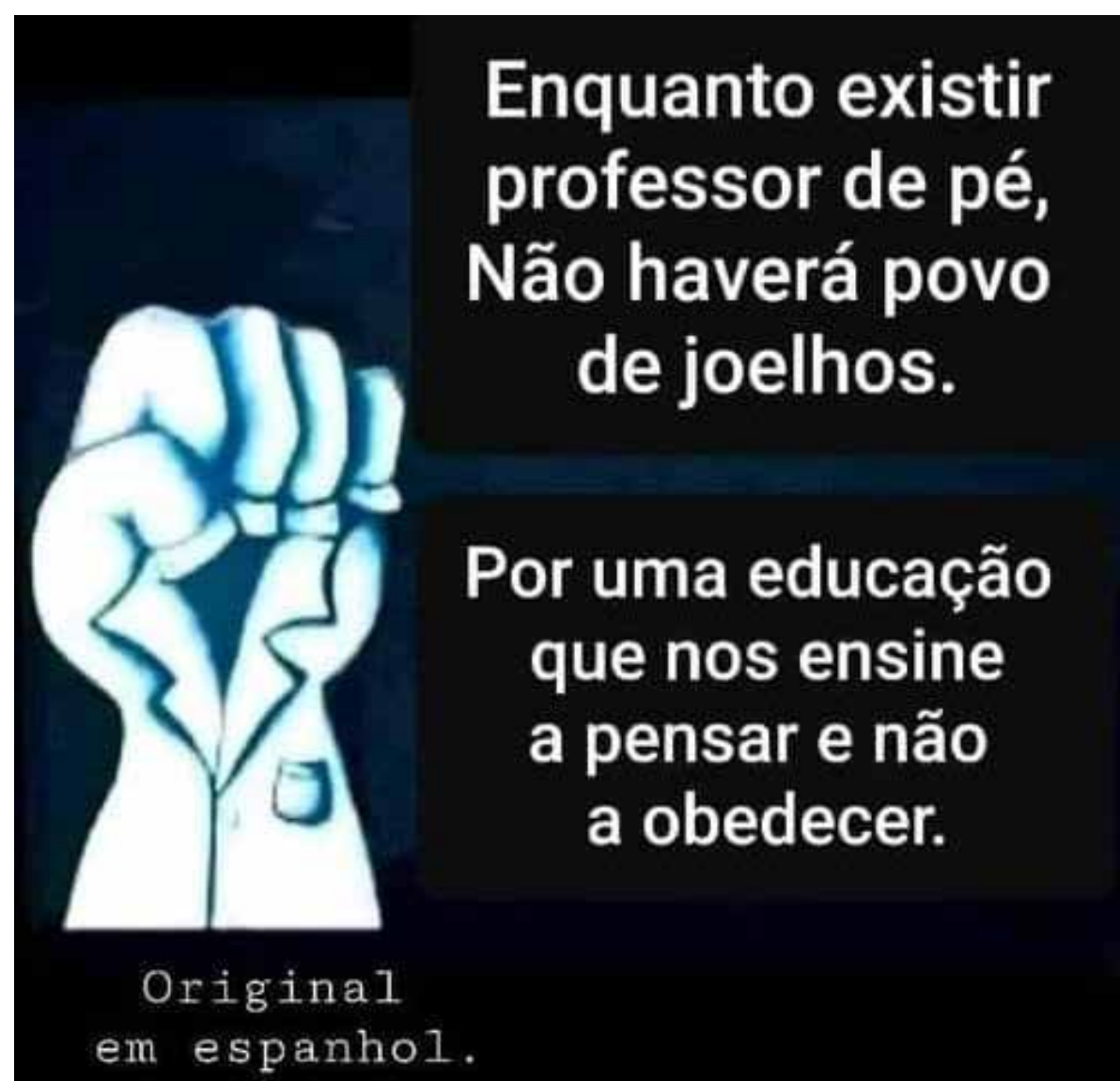
Estrada do Tindiba,

em frente ao nº

2.331 Taquara



Jornaleiro Naldo





Maria de Lourdes Silva

Professora da Faculdade de Educação da UERJ

O Fracassado programa da Polícia Militar de combate às drogas nas escolas

Os desafios da Educação para as drogas nas escolas Parte II



O mais popular programa escolar sobre drogas do Brasil é intitulado Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que nasceu Programa de Educacional de Resistência às Drogas (observe que a sigla PROERD não tem o V de violência). Importado dos Estados Unidos, onde nasceu em 1983, como Drug Abuse Resistance Education (DARE), ele está presente em 58 países e chegou ao Brasil em 1992, trazido pela Polícia

Militar (PM) do Rio de Janeiro no auge das guerras contra as drogas nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

Tendo um leão como símbolo, o programa propõe trabalhar as questões das drogas com crianças e jovens através do amedrontamento, da punição e da abstinência. Voltado às crianças do 5º e do 7º ano do ensino fundamental, um policial militar, muitas vezes armado e fardado, vai às salas de aulas por um período de quatro meses e oferece um curso pautado no proibicionismo. Existe também o PROERD Kids e a versão para adultos, embora a faixa etária dos 11 aos 13-14 anos, seja seu alvo principal. A metodologia do PROERD sofreu grande alteração quando o curso de referência, o D.A.R.E. americano, foi considerado ineficaz por uma série de estudos científicos lá nos Estados Unidos. Desde 2004, tentando responder às críticas o D.A.R.E. procurou se modernizar adotando uma abordagem pedagógica mais atualizada e ampliando seu alvo para além das drogas e trazendo a violência e o bullying como alvos de sua ação. A nova cartilha do D.A.R.E. *keepin' it REAL*, foi, logicamente, adotada pelo PROERD e traduzida como *Caindo na Real*.

O programa concentra sua atenção nos estudantes que nunca fizeram uso de substâncias alteradoras do estado de consciência e empenha esforços em dissuadi-los do uso através da metodologia das “habilidades para a vida”, baseada na Teoria de Aprendizagem Socioemocional, que embasa a Base nacional Comum Curricular (BNCC). Ele se esforça para desenvolver nas crianças uma força interior que seja capaz de promover escolhas responsáveis e assertivas e, com isso, criar resistência às ações de grupos e pessoas que tentarem lhes oferecer drogas. Também a presença do policial armado e fardado foi substituída, em alguns lugares, por um policial com camisa preta com emblema do PROERD. O tema das drogas agora divide espaço com abordagens ao bullying e à violência. As famílias também são envolvidas e o programa reserva alguns encontros com pais e responsáveis. Já há algum tempo, o programa reserva espaço às policiais mulheres para o desempenho da função de instrutora do PROERD. Os policiais são preparados em cursos destinados a formar instrutores para o programa e

acontecem atualizações ao menos uma vez por ano.

Desde 2002, quando as agências de divulgação de pesquisas científicas norte-americanas decretavam o fracasso do D.A.R.E., no Brasil, o programa alcançava os 27 estados da federação. Hoje, ele continua sendo o programa oficial brasileiro, adotado por assembleias estaduais e municipais pelo Brasil à fora como programa oficial para as escolas. Essas mesmas assembleias têm liberado verbas anuais para a manutenção do programa em inúmeros lugares. O governo de Rondônia, por exemplo, liberou R\$ 110.968,00 (cento e dez mil, novecentos e sessenta e oito reais) em 2018, através do Termo de Cooperação Técnica Nº 41/SEDUC–2018 – Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania/SESDEC. No estado do Rio de Janeiro, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o Coronel Salema criou o Projeto de Lei Nº 1413/2019 para substituir a Lei Nº 8.110/2018, que instituiu o programa no estado do Rio de Janeiro, em cujo Artigo 1º se lia: “Dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Prevenção ao uso abusivo de Álcool e outras Drogas, a ser desenvolvido nas unidades da rede de ensino público estadual interessadas, mediante a realização de ações preventivas e cooperativas entre as Secretarias de Saúde, Educação e Segurança Pública”. Achando a instalação oficial do programa pouco para o estado do Rio de Janeiro, o Coronel Salemas solicita, no seu projeto de lei, que o programa seja obrigatório e permanente em todas as escolas públicas e privadas do estado. Depois de uma tramitação de dois anos, esse projeto virou a Lei Nº 9.292, em 2021, que “dispõe sobre o caráter permanente e obrigatório do programa educacional de resistência as drogas e à violência, denominado PROERD, nas unidades de ensino público e privado no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. Ficou definido por essa lei, no parágrafo único do Artigo 5º, que “Os recursos tratados nesta Lei poderão ser direcionados ao Programa na respectiva Lei Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), através de orçamento previsto para as respectivas Secretarias”. Ou seja, a ALERJ destina na LDO recursos para a execução do programa.

Tudo isso parece razoável e mesmo bom para você até aqui, caro leitor? Então, por que será que ele é considerado um fracasso pelas pesquisas científicas baseadas em evidências?

Existem duas abordagens pedagógicas na educação para as drogas: a proibicionista e a redutora de danos. O PROERD adota a pedagogia proibicionista, conforme já dito, que trabalha com intimidação, amedrontamento, sensacionalismo e constrangimentos variados. Apesar dos cursos preparatórios e treinamentos, os policiais militares instrutores PROERD muitas vezes usam de truculência nas salas de aula. Os professores cedem lugar aos policiais no comando da turma e ficam sem função. Muitos se ausentam da turma durante as aulas do PROERD, de modo que os policiais têm total liberdade na condução da turma. Além disso, a maioria esmagadora desses policiais não têm formação pedagógica para estar no controle de uma turma e ministrar aulas. Também boa parte dos policiais ali se refugiam para evitar estar na linha de frente das suas funções-fins: o policiamento das ruas. Muitos são designados para o programa ao apresentarem problemas psicológicos, gerados pelos estresses e pressões próprias aos membros dessa corporação policial.



A última reforma do programa, promotora da cartilha *Keepin' it Real* (aqui, cartilha *Caindo na Real*), foi pensada para funcionar numa sociedade onde os preceitos pedagógicos adotados caminham na direção do neoliberalismo, apontando os esforços e empenhos pessoais em resistir às drogas como único

fator determinante no consumo de drogas, sem levar em conta as condições sociais, os constrangimentos dos grupos de convívio e condições familiares diversas a que estão submetidos esses jovens. A responsabilização de crianças e jovens pelo consumo, no caso do PROERD, implica em não responsabilização da sociedade e da própria corporação pelo consumo de drogas. E tem como corolário a condenação dos indivíduos pelo consumo, no caso as crianças e jovens, exclusivamente. Assim, consumir drogas é sinal de fraqueza moral, de falta de responsabilidade, de caráter, de fracasso pessoal. Desse modo, condena-se os jovens e seus familiares pelo consumo de drogas e não a sociedade e suas instituições (como a Polícia Militar, por exemplo). É uma pedagogia perversa essa da atribuição plena de responsabilidade pelo uso de drogas nas costas dos jovens e da “lavada de mãos” da PM e de toda a sociedade através desta.

O programa não possui nenhuma outra abordagem para os jovens que já estão usando drogas, além da abstinência. Se o jovem não quer ou não consegue parar de usar drogas, o programa não lhe oferece nenhum suporte, sendo imperativo a interrupção imediata do uso de drogas e o encaminhamento às internações voluntárias e compulsórias, conforme seja considerada a gravidade do caso, o que quase nunca é uma abordagem pedagógica eficiente para se utilizar com os jovens. O mais problemático, contudo, é que o programa não aborda os conhecimentos recentes realizados no campo científico sobre as drogas, utilizando-se, muitas vezes, de conceitos já desmentidos pela ciência baseada em evidências e em valores morais. Isso sem contar no fato de que os policiais acabam por descredenciar os professores da função de falar sobre o tema em sala de aula, contribuindo para o distanciamento do professorado em relação ao tema.

Apesar disso tudo, o programa está mais estabelecido do que nunca no país. Ignorando os últimos achados da ciência, minimizando o papel do professor, intimidando alunos e sem oferecer uma alternativa àqueles já usuários e envolvidos com drogas que precisam de orientação e suporte. O governo Bolsonaro serviu para alavancar esse programa educacional sem nenhuma eficácia comprovada. Para tanto, a PM conta com o apoio irrefletido da sociedade na oferta de um programa excludente, ineficiente e que não responde às perguntas dos estudantes sobre o tema. O que se vê na internet são deboches dos alunos sobre o programa, além da alegação de que o programa mais aproxima os jovens das drogas do que os afastam delas: “só chapado para aturar um programa desses”, dizem.



**Formatura do Proerd
na cidade de Muriaé/MG, em 2024.**



Cleide Santos - Jornalista

Ministério do Trabalho inclui nome do cantor Leonardo na sua “lista suja”

No dia 7 de outubro, foi divulgada a última atualização da “lista suja” do Ministério do Trabalho. Esse documento indica empregadores que submeteram seus funcionários a con-

Marcello Casal Jr Agência Brasil

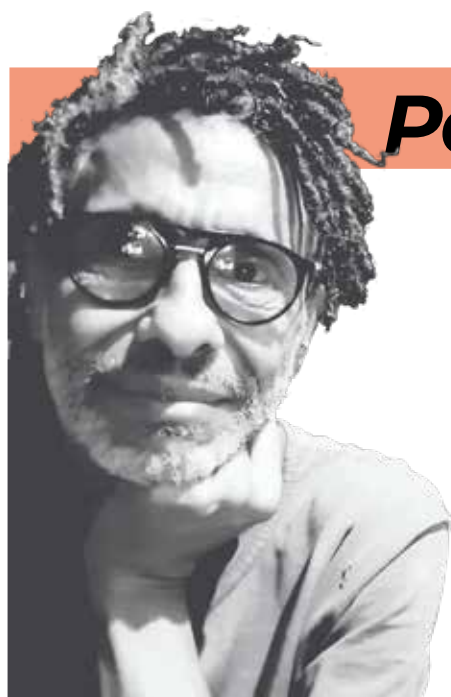


dições análogas à escravidão. Nessa listagem foram incluídos 176 empregadores, porém, o que chamou a atenção foi a presença do nome do cantor sertanejo Leonardo nessa relação. Emival Eterno da Costa, nome de batismo do artista, foi inserido nessa listagem após uma fiscalização que ocorreu em novembro de 2023 na fazenda Lakanka, localizada em Jussara, na região noroeste de Goiás. Os fiscais identificaram seis funcionários, entre eles um adolescente de 17 anos, trabalhando em condições degradantes.

De acordo com o portal G1, que teve acesso ao relatório emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, os funcionários dormiam em alojamentos “precários”, sem manutenção e com telhas deslocadas, o que permitia a passagem da água da chuva. Não possuíam banheiros, as camas eram improvisadas e o local era infestado de morcegos e fezes dos animais.

O cantor Leonardo, através das suas redes sociais, afirmou que a Fazenda Lakanka está arrendada desde 2022, não tendo relação empregatícia com os funcionários do local. O Ministério Público do Trabalho lavrou uma multa para ele por ser o proprietário do local, após o pagamento o processo foi arquivado. O processo correu em sigilo e foi arquivado em abril de 2024.

É importante explicar que a “lista suja” é um documento público que é divulgado nos meses de abril e de outubro pelo Ministério do Trabalho com objetivo de dar visibilidade aos resultados das fiscalizações do governo de combate ao trabalho escravo. Os nomes dos empregadores só podem ser adicionados a essa lista após a conclusão do processo administrativo, desde que não haja mais a possibilidade de recurso.



Pablo das Oliveiras - Professor & Poeta

Bairros indígenas na cidade do Rio de Janeiro

O *Jornal Abaixo Assinado* oferece à comunidade de Jacarepaguá muitas contribuições. Aqui destaco a atenção em divulgar a história da região, do seu movimento social; os estudos de pesquisadores locais; as colunas *Yakare Upá Guá* (Jacarapaguá) e IHBAJA* são os exemplos mais constantes nas páginas do JAAJ. Antes do fato histórico ser escrito com a pena do colonizador europeu, em *Pindorama* (Brasil), havia a potente cultura da oralidade, responsável pela transmissão, manutenção e atualização das crenças, saberes e conhecimentos dos povos indígenas; o IHBAJA tem pesquisa nesse campo.

Entre as crônicas desta coluna, eu também ensaio abordagens e perspectiva da história e cultura dos povos originários. Há milênios, o povo Tupinambá, falante da língua tupi, atravessou o território de Pindorama, e estudos apontam dois possíveis deslocamentos migratórios: um eixo litoral norte/sul, da Região Amazônica à bacia Paraná-Paraguai; outro eixo, em sentido contrário Sul/Norte, pela região central de Pindorama. No território que chamaram *Guaná-pará*: Guanabara, “mar como seio”, o povo Tupinambá tomou-o à semelhança de *Guajupιά*: “terra sem males”, como em seu mito de origem. Povo guerreiro e dominante, fixou aldeias no território, interligadas por relações de parentesco, forçando a migração dos povos de línguas do tronco Macro-Jê. Manejou a natureza local, a partir de sua cosmovisão, ciências, culturas e arte. Abriu *peabiru*: “caminhos pisados”, e nomeou os lugares. Assim, “mapeavam” o território, ao descrever *in loco* o que ali fosse próprio e significativo. Por esse “mapeamento”, estruturado na língua tupi, consoante ao convívio com a natureza da floresta e cultura da oralidade, construiu um acervo de memória coletiva sobre o território, que se confirmava socialmente nos conhecimentos dos lugares descritos aos parentes das aldeias próximas e distantes.

Vale lembrar que, lá de Portugal, em 1758, o marquês de Pombal proibiu que a Língua Geral (*nheengatu**) fosse falada e ensinada aqui na colônia, tornando obrigatório a Língua do Príncipe, o português, como a única língua oficial no Brasil, mas o tupi e outras línguas indígenas sobreviveram. A partir da criação do Estado brasileiro, outros modos de resistir afirmaram as identidades dos povos indígenas, por demarcação de territórios; por retomadas e manutenção dos usos de suas línguas originais; crenças, culturas e modo de vida, seja na floresta ou em situação urbana.

Em geografia, topônimo é nome de lugar; Jacarepaguá e mais 34 topônimos de bairros são herança da cultura tupinambá na cidade do Rio de Janeiro, povo que foi nosso vizinho, com sua histórica aldeia Takuar-Usu-Tiba, origem do topônimo Taquara. A localização dessa aldeia permanece incerta, mas seu nome ori-



Indígenas tupinambá em trajes rituais. Ilustração do relato de Hans Staden feita por Théodore de Bry em 1592

ginal, em tupi antigo, no uso comum de fala e escrita por pessoas não indígenas foi aportuguesado e dicionarizado, assim como os demais com nomes dos bairro nomeados por indígenas, Sim! Todo “carioca da gema” – também o carioca que adotou esse gentílico – pode caminhar pela cidade vivificando a origem e memórias, em cada um dos bairros que traz em seu nome, Guanabara ancestral até o Rio de Janeiro de hoje.

BAIA DE GUANABARA = MAR COMO SEIO
CARIOCA = CASA DE INDÍGENA CARIJÓ

ZONA CENTRAL
CACUIA = MATO DESPENCADO
COCOTÁ = CULTIVADA PECOLONIZADOR
CATUMBI = RIO QUE CORRE NA SOMBRA
PAQUETA = LUGAR DE MUITA PACA
PITANGUEIRA= FRUTO VERMELHO (a pitanga)
TAUÁ = BARRANCO OU BARREIRO

ZONA NORTE
ACARÍ = RIO DE PEIXES ACARA
ANDARAÍ = RIO DOS MORCEGOS
CACHAMBI = MATA VERDE
GRAJAÚ = PEDRA ANTIGA E PRETA
INHAÚMA = AVE PRETA
IRAJÁ = ONDE FAZ O MEL
MARACANÃ = PAPAGAIO
PAVUNA = LAGOA DE ÁGUA ESCURA
TIJUCA = ÁGUA MAL CHEIROSA
TURIAÇU = FOGO GRANDE

ZONA SUL
CATETÉ = MATA FECHADA
HUMAITÁ = PEDRA ANTIGA É PRETA
IPANEMA = ÁGUA RUIM PARA NADAR E PESCAR

ZONA OESTE
BANGU = LUGAR CERCADO POR MORROS
BOIÚNA = COBRA PRETA
CAMORIM = MATA COM MUITO MOSQUITO.
CURICICA = ÁRVORE QUE BABA.
GUARATIBA = LOCAL DE MUITA GARÇA.
GRUMARI = PEDRA QUE SAI ÁGUA.
INHOAHÍBA = TERRA RUIM
ITANHANGA = ESPIRITO DE PEDRA
JACAREPAGUÁ = LAGOA RASA DO JACARE
JOÁ = FRUTO DO JOAZEIRO
SEPETIBA = LOCAL DE MUITO SAPE
TAQUARA = LUGAR DE MUITO BAMBU

Notas:

* IHBAJA – Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá

** Língua Geral ou *nhenngatu* (língua boa), desenvolvida a partir do tupi, do guarani, pelos missionários jesuítas, para fins de catequese. Ainda é falada ao longo de todo o vale amazônico brasileiro até a fronteira com o Peru, na Colômbia ena Venezuela; língua geral amazônica.



História da Região

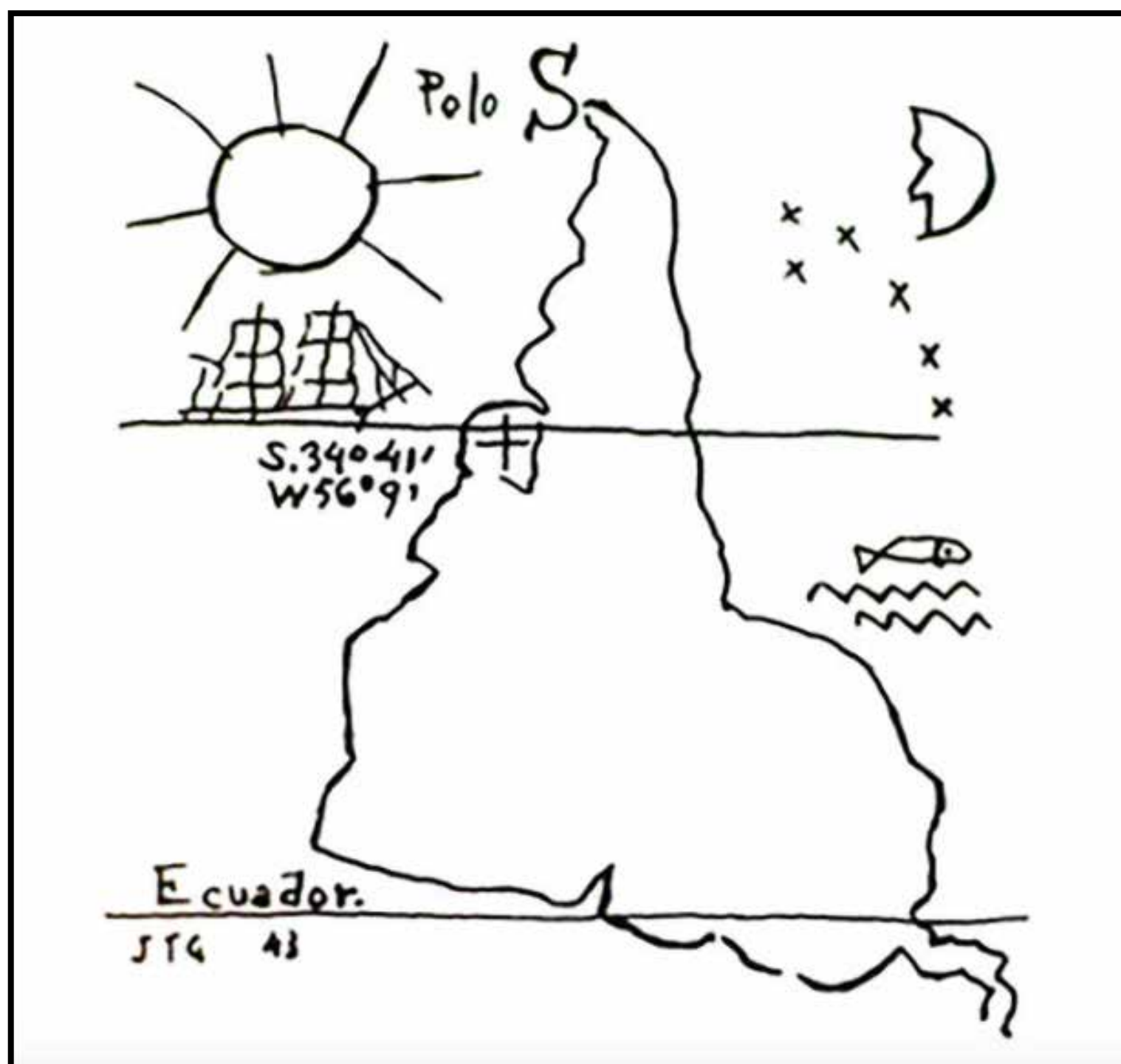
Leonardo Soares dos Santos - Professor de História da UFF e pesquisador do IHBAJA

Por que o pensamento Decolonial é importante?

Importante, em primeiro lugar, porque o termo decolonial vem ganhando espaço cada vez maior, não só no mundo acadêmico, como no debate público. Isso é visível nas redes sociais – em especial plataformas como Instagram e Facebook, na imprensa, em eventos públicos (seminários, palestras, congressos).

Decolonial é um termo que longe de estar restrito a um nicho acadêmico, limitado aos debates entre igrejinhas das nossas universidades, é uma categoria pública que vem se afirmando como tal. A segunda razão é de ordem epistemológica - e ao mesmo tempo política. A perspectiva decolonial aponta para a necessidade de um rompimento efetivo dos laços de subordinação que ainda nos prendem ao sistema de dominação dos países denominados “centrais”.

Lembremos que a Colonização efetuada pelos europeus, num primeiro momento, e pelos norte-americanos, posteriormente, foram não apenas formas de exploração econômica e política, mas buscou também impor aos povos colonizados uma dominação da ordem do subjetivo, uma colonização no nível do



conhecimento, a criação de um sistema de controle baseada na construção de formas de classificações, conceitos e modos de percepção sobre si.

No mundo forjado pelos dominantes, os dominados não têm direito nem de se autodefinir, quanto mais de produzir conhecimento. Eis o que diz a respeito o estudioso humanista Aníbal Quijano:

“Cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido.”

Para a solução desse problema é preciso que sejamos radicais no desejo de superar essas amarras, de abolir de uma vez por todas essas cadeias que nos aprisionam, que nos tentam inferiorizar perante o outro e perante nós mesmos. Ser decolonial é uma necessidade.



Rodrigo Hemerly - Historiador & professor
 professor.hemerly@uol.com.br ** www.historiahumana.com.br.

Francisco Pinto da Fonseca Teles

Barão da Taquara e patriarca de Jacarepaguá

O artigo da coluna “Fatos e Personalidades da Nossa História” do mês de outubro, do *Jornal Abaixo-Assinado Jacarepaguá e das Varigens*, versará sobre um dos principais personagens da história de Jacarepaguá: o barão da Taquara.

Francisco Pinto da Fonseca Teles, barão da Taquara (1839-1918), era filho de Ana Maria Teles de Menezes e Francisco Pinto da Fonseca e irmão de Maria Rosa da Fonseca Teles.

O barão da Taquara – patriarca de Jacarepaguá (alcunha recebida em virtude das benfeitorias feitas em prol da região como a doação de terras para a fundação do cemitério do Pechincha).

Francisco Pinto da Fonseca Teles foi nomeado tenente-coronel e comandante do 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, tendo participado da Guerra do Paraguai (1864-1870). Em razão dos préstimos à sociedade brasileira (em especial às terras jacarepaguenses), recebeu o título nobiliárquico de barão da Taquara no dia 21 de outubro de 1882.

Como algumas homenagens prestadas a este personagem histórico, podemos citar a Escola Municipal Barão da Taquara, o Condomínio Conjunto Habitacional Barão da Taquara 1 e 2, a rua Barão da Taquara, a praça Barão da Taquara e a avenida Barão da Taquara.

Da união com Joana Maria Penna, nasceram Jerônimo Pinto, Emília Joana e Maria Luiza, e do casamento, em 1881, com Leopoldina Francisco de Andrade, baronesa da Taquara, os filhos Ana Teles e Francisco Pinto da Fonseca Teles. O casal barão e baronesa da Taquara estiveram casados até 1918, ano do falecimento de Francisco Pinto da Fonseca Teles.



***Francisco Pinto da Fonseca Teles,
Barão da Taquara***

**Especial – Aniversário de Jacarepaguá 430 anos****Yakaré Upá Guá - Val Costa - Texto e fotos**

Outubro é o mês do aniversário da Taquara



Vista parcial do bairro da Taquara

O bairro da Taquara, localizado na Região Administrativa de Jacarepaguá, abrange uma área de 1.320,66 ha e possui 107.188 habitantes (censo 2022). Seu nome deve-se a grande quantidade de tabocas e taquaras que existiam no local durante o início da ocupação lusitana. A palavra “tacuara” vem do Tronco Tupi e está associada aos vegetais com caules ocos, como o bambu. As taquaras eram usadas para a confecção de cestos e cercas que delimitavam as chácaras e fazendas da região.

O Largo da Taquara tornou-se, desde o século XIX, um importante entroncamento de diversas vias que cortam a Baixada de Jacarepaguá: a antiga Estrada de Guaratiba (atual Estrada dos Bandeirantes), a Estrada do Tindiba, a antiga Estrada da Taquara (atual Avenida Nelson Cardoso), a Estrada do Rio Grande e a Estrada Rodrigues Caldas. Ao longo desse largo, um núcleo populacional foi se desenvolvendo entre o final do período colonial e o início do período imperial, ocupado, principalmente, por imigrantes portugueses.

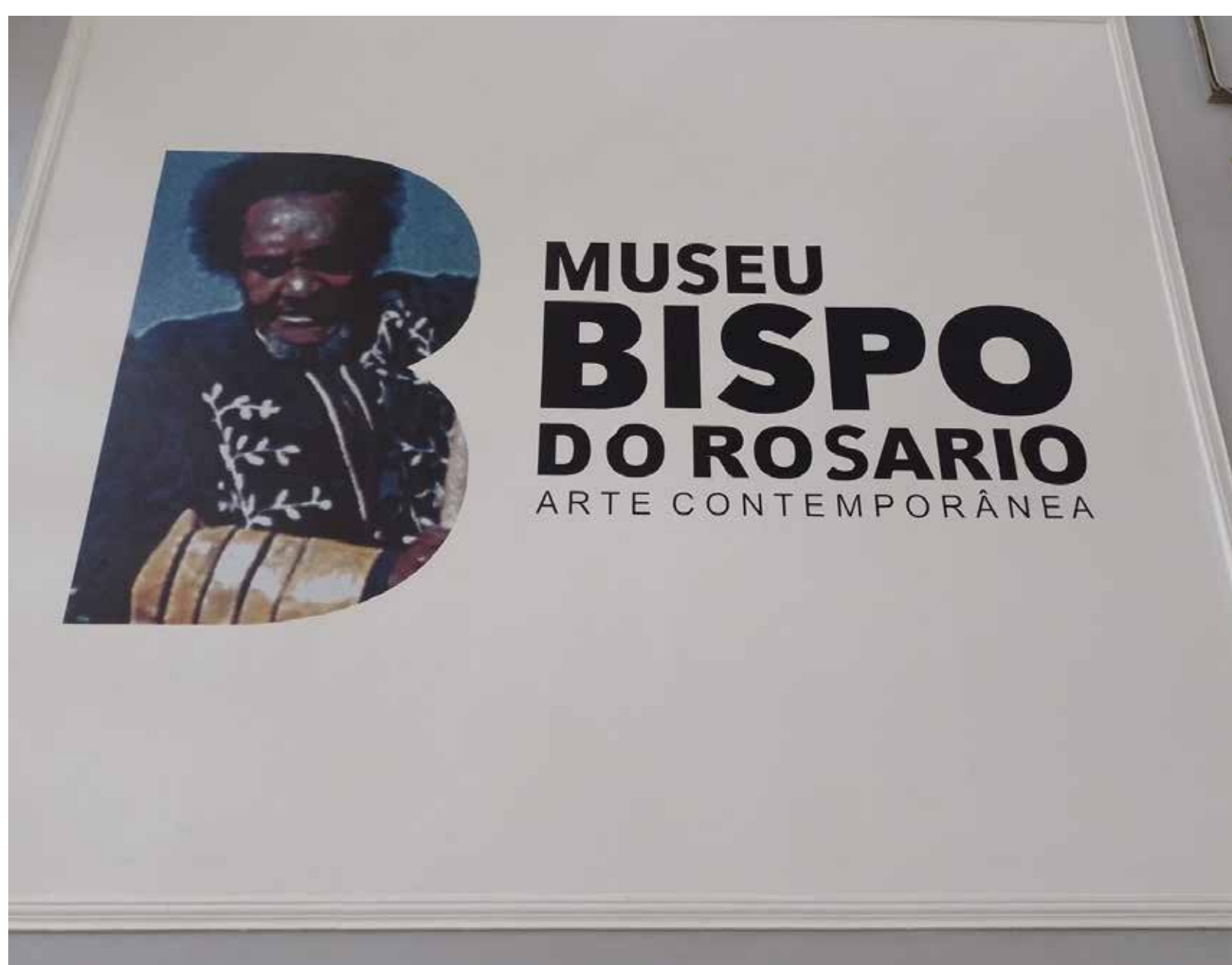
O bairro também abrigou importantes fazendas e engenhos, que foram



Vista parcial do bairro da Taquara

responsáveis pela produção de grande parte do açúcar feito na cidade do Rio de Janeiro. São exemplos desse passado colonial: o Engenho Novo, que ficava onde hoje está o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira; a Fa-

zenda Rio Grande, hoje Condomínio Passaredo; o Engenho Velho da Taquara, atual localidade da Boiúna; e a Fazenda da Taquara. Essa última propriedade ainda possui um importante acervo arquitetônico que engloba a Capela de Nossa Senhora dos Remédios e Exaltação da Santa Cruz e a sede da fazenda, datadas do século XVIII.



Entrada do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea

As terras do bairro foram propriedades de

Francisco Pinto da Fonseca Telles, o Barão da Taquara. Ele foi tenente da 7ª Companhia do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional. Por seus serviços prestados na Guerra do Paraguai, foi nomeado Comendador da Ordem da Rosa. Doou terrenos para o encanamento dos rios Fortaleza, Ciganos e Olho d'Água, realizou arruamentos, cooperou para a implantação de diversas linhas de bondes e fundou a primeira escola da região. Em 21 de outubro de 1882, o Imperador D. Pedro II lhe outorgou o título de Barão da Taquara.

O Projeto de Lei Nº 408/2013 incluiu o “Dia do Bairro da Taquara” no Calendário de Eventos e Datas Comemorativas da Cidade do Rio de Janeiro, criado pela Lei Nº 5.146/2010. A data escolhida foi o dia do nascimento de Francisco Pinto da Fonseca Telles, 25 de outubro.

Na Taquara está o Núcleo Pau da Fome do Parque Estadual da Pedra Branca, a maior floresta urbana tropical do mundo, com 12.394 hectares. Já foram catalogadas nessa Unidade de Conservação 934 espécies vegetais, 338 espécies de aves, 51 espécies de mamíferos e 43 espécies de peixes.

O bairro também possui o único museu de Jacarepaguá: O Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea. Essa instituição é responsável pela preservação,



Exposição permanente do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea

conservação e difusão das obras de Arthur Bispo do Rosário, ex-interno da antiga Colônia Juliano Moreira e um dos principais nomes da Arte Contemporânea no mundo. O museu fica localizado na Estrada Rodrigues Caldas, 3.400 e funciona de terça a domingo, das 10h às 17h.



Cíntia Travassos - Produtora

Grupo Aslucianas em Bogotá

O Grupo Teatral Aslucianas tem 21 anos de atuação no Rio de Janeiro. É um grupo majoritariamente feminino que fala sobre arte feminina e de rua. O Aslucianas cria e desenvolve projetos de circulação de espetáculos nas vias públicas.

foto: Mariana Jacó



O Grupo Teatral Aslucianas esbanjando alegria com seus fãs

Agora, por meio do edital Hola Rio!, que tem como um dos ob-

jetivos a internacionalização cultural Rio-Colômbia, o grupo está representando o Rio de Janeiro com o espetáculo “Brasil, de verso e prosa”. A representação difundi e fomenta a cultura brasileira com todo seu primor, na qual as atrizes Luciana Ezarani e Angel Beatriz fazem um passeio pelas regiões brasileiras por intermédio da poesia. Os artistas Avaristo Martins e Cíntia Travassos dão um toque especial que exalta toda a beleza da nossa cultura através da música.

“Estar fazendo essa viagem e disseminando a cultura brasileira para fora do Brasil é de grande valia para o Aslucianas. É uma missão preciosa e oportuna para nosso grupo cultural”, ressalta a atriz e diretora Luciana Ezarani.

A arte popular brasileira precisa ser conhecida, reconhecida e valorizada, e

representar o país com investimento governamental é uma grande vitória para o grupo.

O grupo Aslucianas traz na bagagem de volta para o Brasil muito carinho, amizades, *network* e o desejo de difundir ainda mais a arte feminina.

Quem quiser conhecer mais sobre o grupo, basta acessar:

@gtalucianas



Aslucianas felizes em Bogotá

Proteja-se do câncer de mama e do colo do útero

O câncer de mama e o câncer do colo do útero são dois dos tipos mais comuns entre as mulheres no Brasil, mas existe prevenção e tratamento para eles.



OUTUBRO rosa

MULHER:
seu **CORPO,** sua **VIDA.**

INCA
Instituto Nacional do Câncer

Seja ASSINANTE e apoie o Jornal Abaixo-Assinado

Acesse
www.jaajrj.com.br/catarse.me

Além de receber o jornal impresso bimensal em sua residência, você terá acesso a todo o conteúdo do jornal digitalizado em PDF, via whatsapp.




Web: rj1075.com

Claudio Ligue Ligue - Robson Vivendo

FM 107.5 RJ WEB